

REUNIÃO ORDINÁRIA SECADI

DATA-29/03/2012

Local-sala 407

PARTICIPANTES DA REUNIAO, REALIZADA NAS DEPENDENCIAS DO MEC, EM BRASÍLIA, DF.

MIZIARA-DIRETORA DE POLITICAS DA JUVENTUDE

LEILA – POLÍTICAS DE JUVENTUDE

MARTHA – CNTE

ROBERTO CATELLI- AÇÃO EDUCATIVA

SIMONE – COORDENAÇÃO GERAL DE ALFABETIZAÇÃO

AFONSO SCOCUCLIA – CONSED

ELIANE CÁCERES-MEC

GERALDO - FÓRUM NACIONAL DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

RODRIGO – COORDENAÇÃO GERAL DA EJA

MAURO – COORDENAÇÃO GERAL DA EJA

VIVIANE– DIRETORA DE POLITICAS D EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO INDÍGENA E EDUCAÇÃO DE POLITICAS RACIAIS.

SONIA-INSTITUTO PAULO FREIRE

MONIQUE -FORUM EJA

CLAUDIA -

ANALISE- FORUM EJA

TIAGO-MST

CARLOS

Mauro, diretor do Depja dá as boas vindas ao grupo e apresenta a pauta a ser trabalhada para análise do grupo.

Roberto Catelli sugere que façamos uma reinversão na pauta e iniciemos planejando o que vai ser discutido com a secretária Cláudia Dutra ainda no período da manhã. Os membros da Cnaeja concordam e Roberto contextualiza os diálogos realizados online sobre a audiência com o ministro. A partir de uma provocação feita pela Analise por e-mail, alguns membros da CNAEJA concordaram com a necessidade da elaboração de um documento que apontasse as demandas da Comissão para a Secretária e para o Ministro. Roberto Catelli passou à leitura do documento, que já contava com 9 assinaturas de

representações, para ser discutido com os membros da Cnaeja. Após a exposição do documento, os membros foram consultados para saber se ratificam o documento, onde os presentes ratificaram sem exceção.

Mauro assinalou que muitas das preocupações constantes do documento também são preocupações da SECADI e já indicaram a necessidade de trabalhar mais fortemente nesse processo. Segundo ele, um dos instrumentos criados para agilizar e facilitar esse processo é a Agenda Territorial, mas reconhece a demora na efetivação das ações propostas pela agenda. A avaliação do PBA também é uma preocupação da Depeja, pois está na hora de retomar a avaliação do programa para definir novos rumos do programa.

Ressalta a necessidade da articulação entre alfabetização e a Eja, afirma que poucos gestores públicos utilizam corretamente os recursos do PBA e uma nova avaliação poderia mostrar onde intervir nessa questão, pois a última foi realizada em 2007. Ele falou tb que reconhece que a equipe da Secadi está reduzida, mas não vê resistência para resolver esta questão. Ele acha que a Cnaeja pode propor ações mais concretas, sugerindo ações mais efetivas, que a articulação entre a Eja e os programas passam a ser políticas efetivas. Mauro diz que não devemos limitar o atendimento, mas há problemas específicos de públicos que apresentam uma fragilidade muito grande que precisam ser tratados com certa urgência. Em sua fala declara que não existe resistência nas ações governamentais em relação a Eja.

Miziara acha que muitas questões apresentadas na proposta da Comissão estão presentes na pauta de discussão na Secadi, portanto temos a condição de participar de forma mais orgânica. Segundo ela, essas questões são presentes na Secadi, pois as questões de direitos humanos, juventude, educação no campo são políticas articuladas, numa visão sistêmica. Relata que devem existir dois tipos de discussão, currículo e publico, com identidades muito fortes. Segundo ela há mudanças na sociedade que requerem atualizações constantes do cenário educacional e esse é o papel conjunto que podemos realizar, pois para entender o desenvolvimento deste cenário, faz-se necessário saber da existência de 150 mil chefes de família adolescentes pobres, existe um público represado que precisa ser atendido e torna-se primordial atualizar a demanda para não represá-la na faixa dos cinquenta anos.

Afonso Scocúglia vê como muita oportuna a reunião com a secretária, pois tem pontos de definição de políticas públicas para EJA e o MEC e a Secadi tem papel muito decisivo. A profusão dos programas que vem surgindo mostra que existe uma pulverização de ações. Cada um aqui nessa mesa cuida de uma parte. Segundo ele precisa ter uma definição clara do MEC de como ele enxerga a EJA. Ao contrário da pulverização precisa ter um

esforço, por parte da Secadi, a buscar ajuda com a Capes, Sesu, e outras para pensar a EJA de forma articulada (municipal, estadual, federal). Ver o que está dando certo. Cita como exemplo: programas que oferecem bolsa deveriam obrigar os estudantes a alfabetizar um adulto, como contrapartida. Ele reitera a importância de audiência com o ministro para saber que lugar a EJA e a alfabetização ocupam no ministério.

Edna Castro faz um chamamento para nós, enquanto comissão, que as questões são recorrentes (setorialidade, financiamento etc.). O ministério tem que encontrar formas de desencadear ações mais efetivas. Segundo ela não tem cabimento suspender a reunião para ir falar com a secretária, sendo que ela deveria estar aqui conosco, pois a mesma faz parte de processo.

A seguir os membros da Cnaeja foram convidados para se deslocarem para Reunião com a secretária – impressões do grupo: Roberto fala que a secretária fez uma cobrança no sentido de não ter sido convidada a solicitar a reunião com o ministro. Reiteramos nosso desejo de falar com o ministro e que a reunião de hoje é importante nesse sentido. Ela comentou que fez uma breve leitura do documento enviado e que concorda com as fragilidades apontadas. Saímos da reunião com uma espécie de acordo em caminharmos juntos. Geraldo falou sobre a colocação da Edna de que EJA não é só alfabetização. Ele sentiu a secretária um pouco preocupada com que o ministro está pensando sobre a EJA, visto que o investimento tem sido alto e um baixo retorno e solicitou a CNAEJA para ajudar na interlocução com o ministro. Ele destacou o que a secretária disse sobre se o lugar da EJA é mesmo na Secadi. Segundo Cláudia Baena, há a expectativa de um papel mais propositivo da Cnaeja. Edna coloca que a ferramenta de política pública está contida no documento da Confitea e que não entendeu o significado da proposta do plano nacional de Alfabetização na Idade Certa, pois se trabalha na educação ao longo da vida. Como comissão temos que pensar se este programa não nos remete a um momento da história em que não se priorizava a EJA, somente a alfabetização. Como articular a proposta de educação ao longo da vida e esse programa. Analise lembra que a secretária solicitou uma maior participação da Cnaeja, até no sentido de visitar experiências no âmbito do PBA.

Na parte da tarde foi apresentado um balanço do PBA. A apresentação foi permeada por muita discussão. Muito do modelo apresentado foi questionado.

Carmem Gatto – diz que o PBA não tem efetividade dentro da Secadi. Ela pergunta se o que foi apresentado aqui sobre o PBA garante a efetividade?

Miziara sugere que se monte um grupo de trabalho para se pensar encaminhamentos para o PBA.

Rosana fala que o Brasil Alfabetizado é como uma casa que foi mal projetada e que agora precisa ser reformada, com grandes modificações e não reparos superficiais.

Miziara ressalta a necessidade de que pensemos melhor antes de qualquer coisa e tenhamos uma boa estratégia.

Catelli acha que tudo o que foi apresentado vai ajudar marginalmente, não vai causar um impacto efetivo. Diz que o recurso para o alfabetizador não é suficiente. Tem se pensar outra estratégia, como se aproximar da escola, como a bolsa vai atrair o educador.

Monique coloca a necessidade urgente de se reestruturar o Olhar Brasil, visto que o mesmo não atende como deveria aos alunos.

Carmem Gatto relembra que o foco do governo Dilma é Brasil sem miséria e não se pode acabar com a miséria sem acabar com o analfabetismo e a baixa escolaridade.

Fica marcado o horário de 8:30 h do dia seguinte para o retorno aos trabalhos da comissão nacional.